

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE LIBERDADE EM DUAS CARTAS DE ALFORRIA DE GOIÁS/GO

CONSIDERATIONS ABOUT THE CONCEPT OF FREEDOM IN TWO MANUMISSION'S LETTERS FROM GOIÁS/GO

Franciele Rosa dos Santos Amaral

<morena_frs@hotmail.com>

Especialização (em andamento) em Língua(gem), Cultura e Ensino

Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Inhumas)

<http://lattes.cnpq.br/4556459103145903>

Cesar Augusto de Oliveira Casella

<cesarcasella@bol.com.br>

Mestre em Linguística Aplicada, área de concentração Língua Materna

PPGLA, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp)

Prof. Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Goiás)

<http://lattes.cnpq.br/1987923436771603>

RESUMO

Este artigo pretende mostrar como se analisou as cartas de alforria de Rita Mulata e Roza Mulata na monografia, apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Letras do Campus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Esta análise, que partiu da noção de que a mudança linguística é inerente às línguas e do referencial teórico da Linguística Histórica, tentou avançar para os aspectos sócio-históricos, contextuais aos documentos. Passando-se também pelas questões ortográficas e pelos níveis linguísticos afetados pelo decorrer do tempo, buscou-se entender a história e os usos sociais dos documentos, o gênero textual a que pertencem e o contexto de época, partilhando-se da perspectiva de Afrânio Barbosa em *Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil*: as cartas de comércio no século XVIII de que “só há história de uma língua se houver textos”. Assim, a pesquisa entende que a língua passa por mudanças, evidenciadas tanto nos níveis linguísticos quanto na ortografia, mas que estas dependem dos caminhos sócio-históricos e dos usos linguísticos, só assim podendo-se esboçar o 'por quê', o 'para quê' e o 'para quem' consignados nas cartas de alforria.

Palavras-chave: Cartas de alforria; Mudança Linguística; Memória.

ABSTRACT

This article aims to show how we analyzed the manumission's letters of Rita Mulata and Roza Mulata in the monograph, presented as working conclusion of the course of Linguistics in the Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina). This analysis, which started from the notion that linguistic change is inherent to languages and from the theoretical framework of Historical Linguistics, tried to move towards the socio-historical or contextual aspects of these documents. Moving on also by orthographic issues and the language levels affected by the time's passage, we sought to understand the history and the social uses of these documents, the textual genre to which they belong and the historical context, sharing up the Afrânio Barbosa perspective in *Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil*: as cartas de comércio no século XVIII that the history of a language is made from texts. Thus, this research believes that the language undergoes changes, evidenced in the linguistic levels and in the orthography system, but these depend on the socio-historical paths and language's uses, only then we can sketch the 'why', the 'for what' and the 'for whom' set out in the manumission's letters.

Key-words: Manumission's letters; Language change; Memory.



INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentaremos a estrutura, os temas e as discussões que nortearam a realização da análise das cartas de alforria de Rita Mulata e Roza Mulata, feita na monografia

Usos linguísticos e caminhos sócio-históricos de duas cartas de alforria na cidade de Goiás, de Franciele Rosa dos Santos Amaral, apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Letras do Campus Goiás da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Goiás), sob a orientação do Prof. Cesar Augusto de Oliveira Casella.

Escolheu-se como base teórica a área da Linguística Histórica, pois pareceu-nos que ela permite ir ao encontro de uma reflexão que vai além de conceitos e definições da língua como estrutura, considerando que a língua tem relações essenciais com a história e com a sociedade que a emprega. Assim, analisa-se as duas cartas de alforria para tentar ver os usos linguísticos nelas contido e não para mostrar como era a língua naquela época, também pelo fato de que nosso *corpus* se restringe apenas a dois documentos.

A monografia construiu-se em três capítulos. No primeiro apresenta-se um breve percurso histórico da língua portuguesa e da sua ortografia, aborda-se os principais conceitos da Linguística Histórica e as relações possíveis entre a linguística e a história e, por fim, retrata-se os caminhos sócio-históricos das cartas de alforria com a questão da oposição entre liberdade e escravidão, portanto, da relação senhor/escravo. No segundo capítulo aborda-se teoricamente e exemplifica-se as ocorrências da mudança linguística, além de sua relação com a variação linguística. No terceiro capítulo, lança-se um olhar ao contexto histórico em que se situam as duas cartas de alforria, apresenta-se o *corpus* e faz-se uma análise ortográfica e em níveis linguísticos, focando-se na questão semântica do termo liberdade.

Registre-se que os documentos são escritos em tinta preta, em letra humanística cursiva, em três fólios. Um deles é feito em favor de Rita Mulata e o outro em favor de Roza Mulata. As cartas de alforria foram registradas no mesmo Livro de Notas, o de nº 61, entretanto em datas diferentes, uma em Setembro de 1790, entre as folhas 2 e 3, e a outra em Março de 1792, entre as folhas 133 e 134. O Livro de Notas nº 61 pertence ao “Fundo Cartório de 1º Ofício”, o qual se encontra atualmente no Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás/GO.

Na pesquisa, ao fazermos a análise das cartas de alforria, junto a importante assunção da construção de certo sentido para a palavra liberdade, nos deparamos com o entendimento de que a extinção de documentos traz a extinção de relatos que, ainda que portando somente as vozes silenciadas dos escravos, portam – mesmo que pelo avesso – uma história de luta pela liberdade.

A LINGUÍSTICA HISTÓRICA E A EXPANSÃO CONTEXTUAL DA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Neste item trataremos de expor uma reflexão feita no escopo de construção do trabalho monográfico, acerca da conexão entre Linguística e História e a partir das noções de gênero textual e de tipo textual, colocando-a num quadro maior de compreensão da necessidade de novos formatos de análise de documentos históricos na Linguística Histórica.

Sabemos que as línguas, tanto na fala quanto na escrita, sofrem mudanças ao longo do tempo. No entanto, como mostra Afrânio Barbosa, esta questão

(...) se coloca desde o nível elementar dos vocábulos não registrados em dicionários, até o nível dos diferentes sistemas de pontuação no passado que geram múltiplas possibilidades de interpretação aos olhos contemporâneos. (BARBOSA, 2008, p.182)

A questão da mudança linguística, objeto de estudo privilegiado da Linguística Histórica, abre-se em muitas questões (de um lado mais especificamente linguísticas: ortográficas, lexicais, semânticas, sintáticas, morfológicas etc; de outro mais abrangentes: sociais, históricas, culturais etc) que acabam por determinar como serão interpretados e analisados os próprios dados da mudança linguística. Há, portanto, que se atentar para tais questões, múltiplas e complexas, quando se parte para a análise linguística de documentos históricos.

Uma definição sucinta da Linguística Histórica, como se pode ver em Nílson Gabas Jr. (2004, p. 77), é a de que “a Linguística Histórica estuda os processos de mudanças das línguas no tempo”, ou seja, é através desta área que se pode entender como e quando aconteceram os processos de mudanças nas línguas. Entretanto, esta é uma investigação que, como explica Mattos e Silva (2008, p. 52), “demanda paciência, saber e paixão pelo que se está pesquisando”, pois é preciso saber que pesquisar a história das línguas é “ouvir o inaudível”, é procurar a fonologia da época em textos escritos, é lidar com fontes opacas, é cuidar que os níveis linguísticos se imbricam com os fatores extralinguísticos, dentre tantos outros desafios.

E tudo se torna mais complicado quando se trata de investigar diacronicamente os usos linguísticos de populações – de comunidades linguísticas – desprestigiadas, estigmatizadas, silenciadas socialmente na sua época e silenciadas historicamente na nossa época. A base dos estudos do uso da língua no passado são os textos e estes tendem a ser expressões das populações prestigiadas, dominantes. Além do fato de que a escrita não é uma representação fidedigna e total

da fala.

É preciso saber, entre outras coisas, que “os escritos que sobrevivem ao tempo e chegam às nossas mãos são, em geral, produtos de uma ação artificiosa de afastamento da expressão oral” (BARBOSA, 2008, p. 184) e que “escrever, no passado, muito mais do que hoje, foi sempre, em si, um ato cerimonioso” (BARBOSA, 2008, p. 184).

De modo que, mesmo querendo investigar os usos linguísticos dos desprestigiados, dos estigmatizados, dos silenciados, geralmente só temos à mão os textos escritos dos prestigiados, dos dominadores, dos que sempre tiveram voz.

Como nos alertam as reflexões de Afrânio Barbosa, por mais que se investigue toda a trajetória do português, e que isto esteja sendo feito já há muitos anos e por muitos pesquisadores diferentes, é vital saber que “permanecerá silenciosa a língua daquela população simples que veio de Portugal”(BARBOSA, 2008, p. 184), a que acrescentamos: permanecerá silenciosa as línguas das populações africanas, escravizadas e trazidas ao Brasil, e as línguas das populações indígenas aqui então viventes.

Aqui descortina-se a importante questão: como impedir estes silenciamentos se não há muitos documentos para comprovar dados daquelas épocas, e os que há são opacos, pouco afeitos a deixar extrair dados fiéis ao uso linguístico de época?

A resposta não é simples mas passa, necessariamente, pela junção dos conhecimentos linguísticos com os conhecimentos históricos, sociológicos e antropológicos que se tem sobre as populações silenciadas. Algo como o que Afrânio Barbosa chama de “criteriosa investida filológica” para “tentarmos ouvir vozes, em geral, caladas na história” (BARBOSA, 2008, p. 185).

Este movimento teórico de expansão contextual da análise linguística pode ser visto, por exemplo, no artigo de Marcondes e Lima (2013), que defendem que os avanços e as novas tendências, na Linguística, resultam mais abrangentes se as possibilidades de interlocução com a História são vistas como essenciais. Assim:

(...) a LH [Linguística Histórica] constrói sua história, propõe uma pesquisa inter e multidisciplinar pertinente e exige de seu pesquisador, no processo de investigação, conhecimento linguístico em diversos níveis, profundo conhecimento histórico e uma visão ampla de cultura. Se, somente esses três princípios forem adequadamente considerados, distorções serias quanto à linguagem ou documento do passado podem ser evitadas. (MARCONDES; LIMA, 2013, p.55)

Dentro deste contexto teórico, vamos ressaltar aqui uma reflexão – feita originalmente na monografia de Amaral (2015) – sobre a importância do gênero textual ou do tipo textual, em uma tentativa de unir pressupostos da Linguística e da História.

Sabemos que é preciso dimensionar o valor tipológico dos textos, o que permite descrever tradições discursivas e distinguir, com maior clareza, aspectos da mudança linguística. Assim, é necessário saber de que tipo textual é o documento em análise, ou seja, em qual gênero textual ele se insere, para entender melhor como os usos linguísticos se apresentam, visando, entre outras coisas, termos conhecimento da importância social do documento.

Marcuschi (2008) apresentou os gêneros textuais como fenômenos históricos, que estão interligados à vida cultural e social em que existem. Deste modo, os gêneros textuais fazem parte do nosso meio sócio comunicativo e nos auxiliam nas mais diversas formas de comunicação, tanto na fala quanto na escrita. Parte-se do “pressuposto básico de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum tipo de *texto*” (MARCUSCHI, 2008, p. 22), o que mostra que os dois, gênero e texto, estão ligados.

Este autor faz uma distinção entre gênero textual e tipo textual, pois o gênero textual se constituiria como ação sócio discursiva enquanto o tipo textual seria “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição” (MARCUSCHI, 2008, p. 22). As cartas de alforria são, nesta perspectiva, um gênero textual e, por isso, apresentam usos linguísticos específicos, causados pelas conformações obrigatórias do gênero em que se enquadra, usos que acarretam mudanças linguísticas específicas.

Assim, é necessário saber o quê e onde questionar, a que correntes historiográficas recorrer, para, por exemplo, entender as circunstâncias em que se encontram os redatores e os sujeitos discursivos nas cartas de alforria. Mesmo que, passados tantas décadas, compreendamos o significado de cada vocábulo escrito, resta a pergunta: como interpretar o sentido de sua expressão sem sabermos dos ritos e interesses paralelos em jogo nas cartas de alforria, em seu contexto de preparo e execução?

Olhando as cartas de alforria como um tipo textual – que em nada se enquadra no tipo textual de Marcuschi, citado acima – Heloisa Bellotto, em seu estudo classificatório sobre os

documentos de arquivo, nos traz o significado de carta de alforria no contexto teórico da história. Segundo ela, a carta de alforria é “um documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente, documento nominal comprovante de libertação de escravo, passado por autoridade notarial” (BELLOTTO, 2002, p. 54). Observe-se o tom científico e específico – na direção de atribuir um sentido claro – dado à classificação do tipo de texto. Isto auxilia bastante o pesquisador, em termos de pensar os usos históricos do documento, as suas restrições de circulação, por exemplo. Por outro lado, parece-nos claro que, aqui, seria de grande auxílio pensar as cartas de alforria também como gênero textual, interligadas à vida cultural e social da época, como uma ação sócio discursiva, a carta de alforria sendo em si mesma uma ação que engendra outras ações.

Pareceu-nos que esta reflexão sobre a carta de alforria como tipo textual/gênero textual, exposta acima, está coadunada com o movimento teórico antes aventado, de uma expansão contextual – que se auxilia na História, na Sociologia, na Antropologia, a depender do caso – da análise linguística feita pela Linguística Histórica.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE SITUAM AS DUAS CARTAS DE ALFORRIA

Este item visa apresentar um breve contexto histórico que se construiu na monografia de Amaral (2015), buscando-se um entendimento mais criterioso das cartas de alforria. Ele surge, portanto, da necessidade de situar historicamente – e também socialmente – as duas cartas de alforria que formam o *corpus* de pesquisa.

A primeira informação, infelizmente, é a de que nada se apurou sobre a biografia de Rita Mulata e Roza Mulata, as escravas alforriadas. Também nada se conseguiu saber sobre Francisco Lourenço Pereira e Jozé de Passos da Sylva, os senhores alforriadores. Assim, a nossa opção teórica foi por tratá-los como elementos médios da época, parecidos com as escravas e os senhores existentes e historiados de Goiás e do resto do Brasil.

O município de Goiás carrega, em seus becos e ruas de pedras, em seu passado ancestral, uma história de lutas. Primeiramente a dos índios que aqui habitavam o território, antes mesmo das terras serem ocupadas pelos colonizadores e de a cidade se formar. Depois a luta dos escravos, uma história carregada de sofrimento, já de início pelo fato de que eles eram vistos mais como coisas, mercadorias, do que como pessoas.

Uma história que é brasileira. Por isso ela aparece, por exemplo, em *História Concisa do*

Brasil – obra que reúne fatos básicos e dados tidos como consolidados – quando se quer caracterizar a sociedade colonial brasileira: “(...) existia um corte separando pessoas de não-pessoas, ou seja, gente livre de escravos, considerados juridicamente como coisa” (FAUSTO, 2012, p. 31). Coisa que pode ser vendida e que pode ser comprada, coisa que poderá ser libertada se o senhor assim o quiser...

Uma coisa desejada por muitos:

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço para obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos com apenas um escravo. (FAUSTO, 2012, p. 33)

Em *História de Goiás*, livro de Luis Palacin e Maria Augusta de San’Anna Moraes (1994), vemos que Bartolomeu Bueno da Silva foi quem fundou o Arraial de Sant’Ana, logo depois tornado Vila Boa de Goyaz e bem mais tarde Goiás, que foi capital, de comarca e de estado, durante dois séculos. Goiás foi considerada, inicialmente, um berço do ouro, no chamado ciclo da mineração, em um período intenso e breve.

Os autores relatam que a vida do escravo nas minas de Goiás era extraordinariamente dura. Mas não nos esqueçamos de que eles, os que trabalhavam nas minas, não eram os únicos escravos existentes na Vila Boa e de que Rita Mulata e Roza Mulata, as escravas alforriadas nos documentos em análise, eram mulheres, tradicionalmente ligadas aos serviços domésticos no período da escravidão.

E quem eram os escravos? De onde vinham? Como era a escravidão na província de Goiás? São questões elementares, porém de respostas difíceis, as quais auxiliariam a situar o nosso *corpus* quanto ao contexto sócio-histórico. Entretanto, Maria Lemke Loiola escreve que

(...) permanecem ocultas sob o véu da incerteza, e de poucos estudos, as rotas de entrada de escravos na capitania de Goiás. Não seria correto, porém, afirmar que os historiadores goianos não atentaram para o tema. (...) Entretanto, não há estatísticas de quantos africanos foram trazidos a Goiás. (LOIOLA, 2008, p. 23)

A falta de estatísticas, de dados históricos, de documentação estudada, é um dificultador da pesquisa em Linguística Histórica, como o é em outras áreas das ciências humanas. Emílio Bonvini (2009), retratando a questão do debate, idoso de mais um século, sobre como se

deu a relação entre as línguas africanas e o português trazido ao Brasil, lamenta a falta de profundidade histórica e de extensão de dados que apoiem uma ou outra hipótese (dentre elas a de “influência”, “crioulização”, “semicrioulização” ou “deriva linguística”).

É surpreendente a ausência de dados históricos relativos à presença e à identidade efetiva de línguas africanas faladas em solo brasileiro. Tal falta de dados precisos, historicamente verificados e datados concernentes às línguas africanas, retira todo o valor probatório das hipóteses, aliás, formuladas muitas vezes de forma repetitiva, fazendo delas apenas conjecturas de trabalho. (BONVINI 2009, p. 21)

Dificuldades que, porém, não impedem de se estudar a existência de escravos e de suas línguas, ou das formas de falar a língua portuguesa, em Goiás. Segundo Loiola (2008, p. 38), que analisa um bom conjunto de documentação histórica, os africanos em Goiás, em sua maioria, eram designados pretos e eram tidos como mina.

Por pretos se designavam os indivíduos trazidos da África. Não era a única atribuição de cor possível, como mostra o quadro 1 da autora (LOIOLA, 2008, p. 19) que elenca os itens: preto, crioulo, mulato, pardo, mestiço, cabra e negro. Ainda que esta atribuição ao ser dada não seguisse critérios estritamente científicos, no sentido de que foi consignada em documentos diversos e estipulada provavelmente sem um rigor classificatório por parte de escrivães, tabeliães e que tais, ela é interessante para pensar os indivíduos dos documentos estudados. Lembremos que em nossas cartas de alforria as escravas são denominadas mulatas. Esta atribuição de cor é importante pois junto a ela se estabelece uma hierarquização dos escravos. Neste sentido, um dado importante trazido na pesquisa de Loiola (2008, p. 103) é o de que a população de libertos em Vila Boa, em 1804, é majoritariamente mulata: são 1208 mulatos libertos contra 413 pretos libertos e 1603 mulatas libertas contra 599 pretas libertas.

Quanto a procedência, sabe-se que a terminologia mina “refere-se à grande área de abastecimento de escravos na África, conhecida como Costa da Mina, em decorrência da localização do *Forte de Elmina*” (LOIOLA, 2008, p. 42) o que fez com que todo africano embarcado neste porto fosse conhecido por mina. Deste modo, o termo encobre os inúmeros grupos étnicos da África que ocuparam os sertões goianos da época, dos quais cita-se como principais, pelo grande quantitativo de indivíduos, o banto e o sudanês.

Esta divisão classificatória, linguisticamente falando, esconde ainda uma multiplicidade

de possibilidades, pois, por exemplo, o banto é “constituído de centenas de línguas distribuídas numa imensa área geográfica que vai do sudeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África” (BONVINI, 2009, p. 23).

As cartas de alforria, como vimos, formam e conformam um gênero textual e, por isso, elas contêm características específicas deste gênero. Para a nossa investigação e análise é importante dizer que as duas cartas de alforria, documentos oficiais de registro em cartório, tem linguagem mais técnica, são feitas por redatores – ainda que não se conheça a biografia deles – que tinham capacitação para escrever, eram tabeliães, os quais eram obrigados a ter certo conhecimento e domínio da escrita – ainda que a ortografia do período não fosse totalmente assentada – o que faz com que estes documentos tenham menor transparência, isto é, tragam menos elementos da oralidade em sua confecção escrita.

Esperamos ter deixado registrado, até este ponto, que, como escreve Tânia Alkmim (2008, p. 251), a “ausência de registros históricos sobre a realidade linguística de negros e escravos é um fato notável”. E, além da documentação ser difícil de encontrar, as fontes escritas trazem limitações e restrições em relação a oralidade original.

Cientes de todas estas restrições de pesquisa, sabíamos que seria muito difícil encontrar a fala das escravas em duas cartas de alforria. Isto significa dizer que sabíamos, de antemão, que seria muito difícil encontrar indícios linguísticos, de qualquer nível, que atestassem o uso da língua portuguesa, ou o uso de uma das línguas africanas, por parte das escravas de Goiás. Portanto, buscamos ampliar o nosso foco, ampliando o instrumental da Linguística Histórica, buscando entender como o uso da língua portuguesa pôde conformar – de algum modo – os caminhos sociais destas escravas alforriadas.

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE LIBERDADE

A análise de dados na monografia (AMARAL, 2015) deu-se tanto nos aspectos ortográficos quanto em níveis linguísticos. Assim, analisou-se as ocorrências ortográficas da época divergentes das atuais, a ocorrência de mudanças morfológicas e sintáticas, além do uso do discurso direto e indireto. Para além destas análises, de teor mais estritamente linguístico, produziu-se uma reflexão mais ampla, a partir do nível semântico, sobre os usos linguísticos e os caminhos sócio-históricos das duas cartas de alforria. Fomos levados a uma abordagem que

tentasse traçar, na materialidade linguística dos documentos, as estratégias e modos de concessão da alforria.

Sabemos que a carta de alforria servia como um documento que declarava a liberdade do escravo durante a época de escravidão no Brasil. As duas cartas de alforria, que formaram o *corpus* de pesquisa, são registradas como “escripto de liberdade” ou “carta de liberdade” nos textos originais. Porém uma análise criteriosa nos mostrou, a partir de traços linguísticos, que ela era mais uma forma de dominar, driblando a tão sonhada liberdade. Segundo Neuza Zattar (2012, p. 22) a liberdade proposta em uma carta de alforria para o alforriado era condicionada, fazendo com que o liberto fosse impedido de dizer “sou liberto”, revelando-se uma das contradições próprias das relações escravocratas que emergem deste tipo de documento.

As cartas de alforria, portanto, carregam consigo fatores do não-dizer, sentidos não expressos diretamente, que acabam por se contradizer com fatores do dizer, pois a linguagem não é pacífica. Desta maneira, cremos que encontramos em nossos documentos várias vozes, algumas nitidamente expressas, algumas silenciadas, assim como Neuza Zattar fez analisando “o agenciamento das figuras enunciativas inscritas nas cartas de alforria”, isto é, investigando “quem diz, quem não diz, como se diz, para quem se diz e de que lugar se diz” (ZATTAR, 2012, p. 22). Essas questões se evidenciam nas cartas de alforria, permitindo-nos dizer que a relação entre os dizeres e o não dito, em uma carta de alforria, retrata a própria relação senhor e escravo, o que, esperamos, será melhor evidenciado na sequência.

Para iniciar a análise, em um cunho semântico, pensemos no valor dicionarizado da palavra liberdade. No dicionário *Michaelis Online* a primeira acepção é: “Estado de pessoa livre e isenta de restrição externa ou coação física ou moral”. A segunda é: “Poder de exercer livremente a sua vontade”. A terceira é: “condição de não ser sujeito, como indivíduo ou comunidade, a controle ou arbitrariedades políticas estrangeiras”. Em conjunto, as acepções nos trazem o sentido de que aquele que é livre, libertado, não está sujeito a controle, restrições ou coações, podendo exercer a sua vontade sem barreiras.

Na transcrição da carta de alforria de Rita Mulata, que é registrada pelo tabelião como um “escripto de liberdade”, podemos ler:

Digo eu Francisco Lourenço Pereira que entre os mais bens de que sou Senhor e possuidor livres dos embargados hé bem assim huma mulata por nome Rita que

comprei na Cidade do Ryo de Janeyro a vista pela quantia de oyto doblas que a dinheiro importão cento e dous mil e quatro centos reis, e por receber da dita mulata a dita quantia e pelos bons serviços que me tem feito, a forro e a dou por forra como se forra nascesse do ventre de sua May de hoje para todo sempre poderá usar de sua liberdade em toda e qualquer parte que lhe parecer (...). (AMARAL, 2015, p. 36)

Na transcrição da carta de alforria de Roza Mulata, que é registrada pelo tabelião como “carta de liberdade”, podemos ler:

Digo eu Jozé de Passos da Sylva que entre os mais bens que possuho livres e desembargados he bem assim huma mulata por nome Roza, a qual houve por titulo de Rematação perante o Doutor Ouvidor Geral como Provedor dos Orphaons, cuja mulata forro e com effeito tenho forrado de minha livre e expontanea vontade Sem constrangimento de pessoa alguma por preço e quantia de Setenta oytavas de ouro que tenho recebido de Sua May Felicianna preta Sabará por alforria da dita Sua filha, e por ter Sido cria de minha caza a qual fica forra de hoje para todo Sempre por esta minha escriptura particular, como Se forra nascesse do ventre de Sua May, para que possa hir para donde lhe parecer (...). (AMARAL, 2015, p. 37)

Note-se, em primeiro lugar, que o termo utilizado, pelo tabelião, para qualificar os documentos é “de liberdade”, trazendo-nos, de imediato, o sentido geral que mostramos no conjunto de acepções de um dicionário.

Mas que liberdade é esta?

Na primeira citação apresentada acima, podemos ver que Rita pagou a Francisco Lourenço Pereira a quantia de cento e dois mil e quatrocentos réis, exatamente o mesmo valor que o senhor de escravos havia desembolsado por ela. Na segunda citação, lemos que a mãe de Roza, Feliciano, pagou a Jozé de Passos da Sylva setenta oitavas de ouro pela alforria. Observemos, de passagem, que estes trechos, que trazem os valores de compra e venda, mostram explicitamente a reificação dos africanos, o modo como eram tratados: eram mercadorias.

Na continuação, na primeira transcrição, vemos que, para que a decisão de alforria de Rita fosse tomada, levou-se em conta os bons serviços prestados por ela a Francisco. Na segunda transcrição, lemos que Roza é cria da casa e que isto é um fator que está sendo considerado para a manumissão.

Estes trechos todos mostram que a liberdade era condicionada, por diferentes tipos ou graus de cerceamento, controle ou restrição: o pagamento de valores, a prestação de bons serviços

ou a filiação à casa do senhor de escravos.

Em um outro contexto de pesquisa, a abolição antecipada – obviamente uma abolição antecipada em relação ao restante do Brasil – da escravidão no Ceará, em 1884, Patrícia Pereira Xavier escreve que a libertação dos escravos foi considerada, historicamente, uma dádiva dos senhores de escravos. Assim, “as alforrias estiveram ligadas ao bom senhor, mas sobretudo ao bom escravo, aquele que não havia cometido crimes, que não se rebelava e era subserviente” (XAVIER, 2014, p. 45).

Para fechar sua argumentação e tentar assentar uma questão muito presente na concepção de liberdade, discursivamente constituída, Patrícia Xavier cita Joseli Nunes Mendonça: “os bons libertos só se constituíam como tais se fossem encaminhados ao mundo da liberdade pelas mãos senhoriais” (MENDONÇA, 2001, p. 98 *apud* XAVIER, 2014, p. 46). Os bons libertos, assinalados como tais nos documentos de alforria, transformavam os senhores de escravos – em um passe de mágica semântico – em bons senhores.

Ainda mais. Nas duas transcrições aparece a fórmula discursiva: “forra... como se forra nascesse do ventre de sua mãe”. Uma estratégia linguística utilizada pelo tabelião para equalizar a situação da escrava com a do senhor. Assim, o sintagma “como se” funciona como um mecanismo linguístico que visa dar, aos leitores, o sentido de que Rita e Roza podiam se sentir nascidas livres, “como se” elas pudessem esquecer todo o seu passado de escravas e assumissem, socialmente, um nascimento livre.

Um outro dado, importante para vermos o condicionamento da liberdade, é que a carta de Roza foi registrada pelo tabelião em 22 de Março de 1792 a partir de documento escrito por Alexandre Jozé de Melo, a rogo de Jozé de Passos da Sylva e firmado por este último em 15 de Junho de 1777. São, portanto, quase 15 anos entre a primeira liberdade anunciada e a segunda liberdade registrada.

Creemos que a relação entre a liberdade condicionada – um sentido construído nos documentos, mesmo que não expresso diretamente – e a liberdade que tem o seu sentido guardado pelo dicionário retrata, linguisticamente, algo da própria relação entre escravo e senhor. Algo que poderia ser resumido nesta citação:

“O senhor era livre. O liberto era livre”, diz-nos a história. A diferença, provou-nos a Semântica, residia na liberdade atribuída a cada um, o que nos leva à paráfrase:

o senhor era livre SC [sem condições], o liberto era livre CC [com condições]. Ou seja: a palavra trazia uma história, uma memória em si mesma: quem era livre SC (um senhor), nunca fora escravo; ao passo que quem era livre CC (um liberto), sempre fora escravo. E ainda poderia voltar a sê-lo. Isto era linguístico, sim. Sem deixar de ser histórico. Assim a liberdade dividia-se na língua. Assim a sociedade dividia-se pela liberdade. (SANTOS, 2008, p. 264)

Assim, as cartas de alforria de Rita Multa e Roza Mulata condicionavam as liberdades delas, traziam-nas com restrições, coações, fazendo o sentido do termo liberdade deslizar, assumir um novo contorno. Além disto, e não menos importante, há o impedimento, via gênero textual, de que as escravas se declarassem livres de própria voz. Só quem pode afirmar a liberdade, porque pode registrar a carta de alforria, é o tabelião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a história de um povo passa pela história de sua língua e, se este tem escrita, a história passa pelos documentos que este povo produziu e produz. Documentos que traduzem os usos linguísticos e os caminhos sócio-históricos dos indivíduos que formam esta população. Estes usos linguísticos podem ser evidenciados e tratados, contribuindo para a construção de uma memória, tanto linguística quanto sócio-histórica, da língua portuguesa.

Desta maneira, por meio deste trabalho, tentamos estabelecer uma ponte teórica – ainda que frágil – entre a Linguística Histórica e a História. Visamos, a partir das reflexões de Afrânio Barbosa (2008) e da constatação de que “(...) só há história de uma língua se houver textos” (BARBOSA, 2008, p. 181), estudar criteriosamente dois documentos históricos para pensarmos a relação língua portuguesa, sociedade brasileira e história brasileira. Vimos, assim, como esta língua se prestou, a partir das condições sociais e históricas, a cercear, restringir, condicionar, a liberdade de duas escravas alforriadas.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

AMARAL, Franciele Rosa dos Santos. *Usos linguísticos e caminhos sócio-históricos de duas cartas de alforria na cidade de Goiás*. Goiás/GO: Universidade Estadual de Goiás – UEG/Campus Goiás, 2015 (Monografia de graduação).

BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século

XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (orgs.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 181-211. (Coleção FCRB Aconteceu 5)

BELLOTTO, H. L. *Glossário de espécies documentais*. Brasília: História digital, Universidade de Brasília, Centro de Memória Digital. Ano 1, nº 1, 2007.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

GABAS JR, N. Linguística Histórica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, volume 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LOIOLA, M. L. *Trajetórias atlânticas, percursos para a liberdade: africanos e descendentes na Capitânia dos Guayazes*. Goiânia/GO: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2008 (Dissertação de mestrado).

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCONDES, C. M. M.; LIMA, A. M. B. de. Historiografia linguística: princípios concepções. *Revista da Universidade Ibirapuera*. São Paulo, v. 6, p. 52-56, jul/dez. 2013.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MICHAELIS ONLINE. *Dicionário online*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 14/02/2016.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. de S. *História de Goiás (1722-1972)*. 6. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

SANTOS, J. V. *Liberdade na Escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*. Campinas/SP: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas IEL/UNICAMP, 2008 (Tese de doutorado em Linguística).

XAVIER, P. P. *Dragão do Mar: a construção do herói jangadeiro*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2014.

ZATTAR, N. B. S. O agenciamento enunciativo nas cartas de alforria. *Entre palavras*. Fortaleza: Revista de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da UFC, v. 2, p. 21-38, 2012.



Submissão: 21 de janeiro de 2016
Avaliações concluídas: 01 de maio de 2016
Aprovação: 12 de junho de 2016

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

AMARAL, Franciele Rosa dos S.; CASELLA, Cesar Augusto de O. Considerações acerca do Conceito de Liberdade em duas Cartas de Alforria de Goiás/GO. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 16, n. 01, p. 61-74 de 104, jan./jun., 2016. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >